

Minuetos perigosos

JOGO POLÍTICO AMEAÇA A DEMOCRACIA E A ESTABILIZAÇÃO

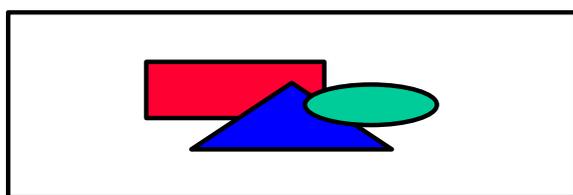
Marcelo de Paiva Abreu*

No início dos anos 80, o Brasil talvez tenha vivido os piores anos de sua vida republicana: ainda sob a ditadura militar, com a economia estagnada, indicadores sociais muito aquém do que justificaria a renda per capita, inflação galopante e dificuldades de balanço de pagamentos. O País perdeu graus de liberdade nas negociações externas com a redução vertiginosa de seu poder de barganha.

Mas, nos últimos 15, ocorreu um lento e penoso processo de reconstrução nos terrenos político, econômico e social. O processo de normalização democrática foi coroado em 1990, depois de 30 anos, com a eleição direta de um presidente da República, e consolidado desde então. Depois de uma longa lista de fracassos retumbantes de diversas tentativas de estabilização, e de convivência crônica de inflação alta com estagnação econômica desde 1980, foi possível equacionar, a partir de 1993, a crise externa e reduzir radicalmente a inflação. No terreno social, embora muitos indicadores continuem indecentes, reduziu-se a brecha entre a situação do País e a de outros de similar nível desenvolvimento.

Recentes desenvolvimentos na esfera política estão pondo em risco estas conquistas. Acirram-se críticas ao governo e à sustentação da estratégia de ajuste macroeconômico requerida para a manutenção dos resultados da estabilização. O argumento fundamental é que a queda do nível de atividade econômica e, especialmente, do nível de emprego teria encontrado seu limite político. A julgar pelos jornais, a classe política, incluindo os governistas, divide-se hoje em três grupos principais: os que querem nova estratégia econômica sem o ministro Malan, os que querem nova estratégia econômica com o ministro Malan e os afônicos.

Muitos políticos oposicionistas falam abertamente em afastamento do presidente da República, em nome do alegado fracasso da política econômica. Isto é um fato novo de extrema gravidade. A esquizofrenia econômica da oposição é bem conhecida. Nos últimos anos endossou, de forma sistemática, bandeiras que implicam privilégios em detrimento dos interesses do povo brasileiro e especialmente dos mais pobres. Exemplos? Tratamento previdenciário preferencial de funcionários públicos, proteção seletiva de empregos em setores capazes de extrair tratamento especial do Estado sob a forma de proteção, protelação de reformas da previdência não pública essenciais para que o sistema não entre em colapso e requeira uma derrama em detrimento, mais uma vez, dos mais pobres. Mas a tentativa de usar a impopularidade do governo associada às dificuldades econômicas para promover a desestabilização política é manifestação inédita e extremamente perigosa de outra forma de esquizofrenia que mina os fundamentos da redemocratização. E não se pode dizer que haja projeto minimamente coerente alternativo ao do governo. O candidato presidencial derrotado não encontra



nada melhor a dizer do que "quem deve ter programa é o FHC". Seus assessores, em meio a reiteradas crises de banzo nacional-desenvolvimentista, explicitam anseios por uma volta aos tempos de Brasil Grande. Em outros países em que a oposição, além de "fazer oposição", até ganha eleições gerais, a aprovação de um documento programático é essencial na vida dos partidos políticos consolidados.

Este perigoso exercício coletivo de exorcismo do dragão da maldade que é o Consenso de Washington envolve até mesmo aliados próximos do presidente da República. O governador do Ceará, depois de desancar a política do governo, sempre reiterando a sua lealdade pessoal ao presidente, admite sem pestanejar que não tem a menor idéia do que poderia ser o modelo alternativo que asseguraria os empregos cuja falta está minando a popularidade do presidente. Aliados mais voláteis, como o presidente da Câmara dos Deputados, não têm nenhuma dificuldade em mencionar soluções que incluem a necessidade de proteger a indústria nacional. É como se nada mais interessasse, só o minueto político brasileiro. Compromissos com o Mercosul ou Organização Mundial do Comércio? Isto é coisa de neoliberal sem sensibilidade política. As entidades da sociedade civil não contribuem nem um pouco para garantir um mínimo de objetividade ao "debate". O presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil sai-se com uma jóia mercantilista que já seria obsoleta por volta de 1770: "O que se planta hoje não é para o povo, mas para vender lá fora." O debate já é suficientemente pobre sem que, em nome da ética, sejam expostas opiniões tão estapafúrdias. Existe, é claro, um grave problema quanto ao desemprego, mas seria irrealista supor que a desejada convergência rumo a níveis de produtividade competitivos mundialmente não provocasse este resultado. Para que sejam criados empregos cabe ao governo adotar medidas compensatórias específicas e assegurar a retomada do crescimento no menor prazo compatível com a estabilização.

O diagnóstico dos críticos da estratégia econômica está equivocado. O Brasil está em situação vulnerável porque foi indevidamente protelada a realização de um programa mínimo de reformas que assegurasse o equilíbrio de longo prazo das contas públicas. A crítica que cabe é de que se reformou pouco e não excessivamente. A mobilização política em torno da continuidade das reformas é essencial para a defesa dos interesses nacionais preservando as conquistas políticas e econômicas dos últimos 15 anos. Este é também o caminho mais seguro para tornar mais eficaz a política social e recuperar a popularidade do presidente.

Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.
